



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

PARECER ASSJUR/CPL/CREMEC

ASSUNTO: CREDENCIAMENTO Nº 1/2022

EMENTA: LICITAÇÃO. INEXIGIBILIDADE. CREDENCIAMENTO. PREVISÃO LEGAL. CONDIÇÕES. APLICABILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PLANOS E SEGUROS DE SAÚDE. POSSIBILIDADE. LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO. PRECEDENTES DE OUTROS ÓRGÃOS E ANÁLISES FAVORÁVEIS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO. PARECER PELA CONTINUIDADE DO CERTAME.

I – RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada acerca do processo administrativo instaurado para contratação de plano ou seguro privado de assistência à saúde, questionando-se quanto à legalidade da realização de certame licitatório mediante convocação pública para credenciamento, nos termos do Edital de Convocação Pública Para Credenciamento nº 1/2022, seu Projeto Básico (Termo de Referência), minuta de Termo de Parceria e anexos.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

É sabido que a *Lex Mater* (art. 37, XXI), impõe à Administração Pública a realização de licitação para escolher os sujeitos com quem irá contratar. O certame é um procedimento que concretiza vários dos postulados pugnados pela Carta Magna. Os princípios da isonomia, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência são somente alguns exemplos de cânones constitucionais protegidos pelo instituto da licitação. Por isso, a preocupação do Constituinte era de garantir a licitação como uma regra na contratação com o Poder Público.

No entanto, em algumas situações, o procedimento licitatório pode ser inconveniente, antieconômico, ou mesmo impossível, para a Administração. Essa situação foi vislumbrada pelo ordenamento jurídico, posto que mesmo a Constituição Federal admite exceções à licitação:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras, alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Por ser exceção, importa ressaltar que a contratação direta deve ser interpretada de maneira estrita. Fato é que o certame licitatório é um dos institutos voltados para a consagração do que Canotilho (Direito Constitucional e Teoria da Constituição; 7ª ed., Coimbra: Almedina, 2003, p. 1165) denominou de princípios jurídicos fundamentais, aqueles que se apresentam como motivo para a interpretação, a integração, o conhecimento e a aplicação do direito. A licitação confere concretude, sobretudo, ao princípio constitucional da igualdade, uma vez que possibilita aos interessados em contratar com o Estado a participação no processo de seleção do contratado. Trata-se também de um meio pelo qual o Poder Público pode garantir para si um contrato cujo objeto tenha qualidade.

A Lei nº 8.666/1993, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, admite duas hipóteses de contratação direta, quais sejam: a dispensa e a inexigibilidade. Naquele caso, em que pese seja possível a realização do certame, a licitação pode não ser feita porque o legislador julgou por bem deixar ao gestor público a discricionariedade na efetivação do certame ou não (arts. 17 e 24). Já a situação da inexigibilidade ocorre quando a competição é impossível.

O que interessa ao presente parecer é a inexigibilidade, que encontra-se prevista no art. 25 da Lei, com o seguinte texto, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: [...]

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; [...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

A inviabilidade de competição é tradicionalmente reconhecida como a unicidade do contratado. Isto é, a licitação seria inexigível porque a competição é impossível diante do fato de só haver um sujeito para prestar o serviço ou fornecer o bem. Não resta dúvida que essa é a



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

ocasião clássica de inexigibilidade, mas não é só nesse caso que se configura a inviabilidade do certame. Sobre esse tema, citamos Marçal Justen Filho:

A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida.

Ou, ainda, quando a realização da licitação inviabilizar a contratação de um entre os diversos sujeitos aptos a executar satisfatoriamente o contrato visado pela Administração.

Mas todas essas abordagens são meramente exemplificativas, eis que extraída dos exames das diversas hipóteses contidas nos incisos do art. 25, sendo imperioso reconhecer que nelas não se esgotam as possibilidades de configuração dos pressupostos de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

[JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*. 13ª ed. São Paulo: Dialética, 2009, p. 367]

Há situações em que, embora haja mais de um sujeito com potencial para ser contratado, o que possibilitaria uma licitação, o interesse público só é atendido com a contratação do maior número possível de interessados. Ainda existem hipóteses nas quais a inviabilidade de licitação decorre da ausência de critérios para selecionar a melhor proposta. Nesses casos, embora não haja unicidade de contratado, há inviabilidade de competição.

O credenciamento não tem previsão legal na Lei nº 8.666/1993, tendo sido positivado somente no novel diploma de licitações instaurado com a Lei nº 14.133/2021, ainda pendente de regulamentação administrativa para aplicação mais segura. Isto, no entanto, não o torna um instituto ilegal. O fato é que ele aproxima dos preceitos constitucionais as hipóteses de contratação direta às quais ele se aplica. Se por um lado não se trata de uma licitação, por outra banda é possível enxergar no credenciamento uma postura que zela por diversos postulados republicanos previstos na Constituição de 1988, tais como os princípios da isonomia, publicidade, impessoalidade e eficiência. Nesse ponto, é cristalina a lição de Bráulio Gomes Mendes Diniz, relator do Parecer nº 7/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, *in verbis*:

Diante da impossibilidade de escolher um só, bem como da ausência de possibilidade de selecionar a melhor proposta, permite-se o credenciamento de todos, procedimento que, a despeito de não se enquadrar como licitação nem buscar a melhor proposta, realiza os princípios da isonomia, da impessoalidade, da publicidade, da vinculação ao instrumento convocatório etc.. Enquadra-se essa forma de contratação



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, isto é, no dispositivo que arrola casos não específicos de inexigibilidade.

O fato é que a abertura da possibilidade de contratação de mais de um sujeito quando o contrato público ocorre por inexigibilidade de licitação é uma postura capaz de conferir aplicação ao princípio republicano, previsto no art. 1º da CF/88, já que trata a todos com igualdade e acarreta ao Estado a prestação de um bom serviço.

É pressuposto do credenciamento que a necessidade da Administração não se esgote com um único contrato. Se se trata de uma demanda eventual da entidade contratante, passível de ser resolvida em um único ajuste, não é o caso de se fazer o credenciamento. Esse instituto serve bem às entidades que têm demandas constantes em relação a um dado tipo de serviço. Daí, nas situações em que a quantidade necessária pela administração não pode ser atendida por um ou por alguns prestadores dos serviços, assim como naquelas em que é inviável eleger um critério objetivo para a seleção do contratado, recomenda-se a adoção do credenciamento. Em outras palavras, só é possível haver credenciamento quando a contratação de um dos sujeitos aptos não excluir a possibilidade dos demais. Não há relação de exclusão entre possíveis prestadores do serviço no caso do credenciamento. Nesse sentido, é elucidativa a lição de Joel Menezes Niebuhr:

Outra hipótese de inexigibilidade de licitação pública, que é cada vez mais frequente, relaciona-se ao denominado credenciamento, porquanto todos os interessados em contratar com a Administração Pública são efetivamente contratados, sem que haja relação de exclusão. Como todos os interessados são contratados, não há que se competir por nada, forçando-se a reconhecer, por dedução, a inviabilidade de competição e a inexigibilidade de licitação pública.

[NIEBUHR, Joel de Menezes. *Licitação Pública e Contrato Administrativo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 100]

Apesar de não haver norma legal que institua regimentos para o credenciamento, verifica-se no âmbito da Advocacia-Geral da União o já mencionado Parecer nº 7/2013. Neste ato, são estabelecidos alguns requisitos essenciais para a aplicação do credenciamento, exigindo-se que:

- a. haja possibilidade de contratação de quaisquer dos interessados que satisfaçam as condições exigidas;
- b. o preço de mercado seja razoavelmente uniforme e que a fixação prévia de valores seja mais vantajosa para a Administração, devendo ficar demonstrada nos autos a vantagem ou igualdade dos valores definidos em relação aos preços de mercado;



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

- c. seja dada ampla divulgação, mediante aviso publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação local, sem prejuízo do uso adicional de outros meios que se revelem mais adequados ao caso;
- d. sejam fixados os critérios e exigências mínimas para que os interessados possam credenciar-se;
- e. seja fixada, de forma criteriosa, a tabela de preços que remunerará os diversos itens de serviços;
- f. sejam estabelecidas as hipóteses de descredenciamento;
- g. seja prevista a possibilidade de denúncia do ajuste, a qualquer tempo, pelo credenciado, bastando notificar a Administração, com a antecedência fixada no termo;
- h. a possibilidade de credenciar-se fique aberta durante todo o período em que a Administração precisar dos serviços, conforme fixado em Edital, cuja minuta deve ser analisada pela respectiva assessoria jurídica;
- i. a possibilidade de os usuários ou administrados denunciarem qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços;
- j. sejam fixados critérios objetivos de distribuição da demanda, por exemplo, sorteio público, excluindo-se os sorteados anteriormente, escolha pelo próprio usuário-interessado etc.

Colocados os pressupostos do credenciamento, cabe analisar sua aplicação para contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular por inexigibilidade de licitação. Conforme a definição constante no art. 13 da LLCA temos que:

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

- I – estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- II – pareceres, perícias e avaliações em geral;
- III – assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV – fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- V – patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- VI – treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- VII – restauração de obras de arte e bens de valor histórico.
- VIII – VETADO.

§ 1º Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão,



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.

§ 2º Aos serviços técnicos previstos neste artigo aplica-se, no que couber, o disposto no art. 111 desta Lei.

§ 3º A empresa de prestação de serviços técnicos especializados que apresente relação de integrantes de seu corpo técnico em procedimento licitatório ou como elemento de justificação de dispensa ou inexigibilidade de licitação, ficará obrigada a garantir que os referidos integrantes realizem pessoal e diretamente os serviços objeto do contrato.

Salientamos, no entanto, que a previsão do serviço no art. 13, da Lei nº 8.666/93, não é condição necessária, nem suficiente, para a aplicação do art. 25, II. Aqui advogamos a tese de Egon Bockmann Moreira e Fernando Vernalha Guimarães, no sentido de que há outros serviços técnicos profissionais especializados não estabelecidos nos incisos do art. 13. Como alertam os autores, o inciso II do art. 25 traz a vedação da contratação direta calcada neste dispositivo dos serviços de publicidade e divulgação. Esses serviços sequer estão elencados no art. 13 da LLCA, o que implica reconhecer que a presença do serviço em um dos incisos não é condição necessária para a hipótese de contratação direta em estudo, pois se assim fosse a vedação da inexigibilidade de contratos de publicidade e divulgação seria letra morta. Não estando esses serviços no art. 13, não seriam enquadráveis no inciso II. Nesse ponto, vale citar os autores:

Note-se que o elenco de atividades é meramente exemplificativo. Evidentemente, outros serviços técnicos poderão ser contratados diretamente, por inexigibilidade de licitação. Tal como referido acima, a explicitação da vedação da inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação bem elucida o caráter aberto da relação contida nos incisos do art. 13 para fins de contratação direta. Fosse fechado o rol de casos, a vedação seria supérflua, o que não se pode presumir, em vista da aplicação de princípio hermenêutico fundamental.

[GUIMARÃES, Fernando Vernalha. MOREIRA, Egon Bockmann. *Licitação Pública: a Lei Geral de Licitação – LGL e o Regime Diferenciado de Contratação – RDC*. São Paulo: Malheiros, 2012; p. 433]

Ademais, a LLCA é de 1993, momento em que o elenco de serviços de natureza técnico-profissional era diverso do que existe hoje. Da data da edição da Lei nº 8.666/1993 até hoje já surgiram no mercado vários tipos de serviços que antes nem se cogitava. Esse é mais um motivo para se reconhecer no rol do art. 13 o seu caráter exemplificativo. Só assim o art. 25 conseguirá cumprir sua missão.



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

Assim como a previsão do serviço no rol não é condição necessária para aplicação da inexigibilidade na forma do art. 25, II, também não é condição suficiente. Isto é, não basta a presença do serviço no elenco trazido no art. 13 para restar autorizada a contratação direta. Além de se tratar de um serviço técnico profissional especializado, deve a atividade a ser desenvolvida ter o caráter singular. A definição da singularidade exigida no dispositivo em estudo é tarefa árdua, pelo que tomamos a lição do professor Marçal Justen Filho, em sua obra citada acima:

Ou seja, a fórmula “natureza singular” destina-se a evitar a generalização da contratação direta para todos os casos enquadráveis no art. 13. É imperioso verificar se a atividade necessária à satisfação do interesse sob tutela estatal é complexa ou simples, e se pode ser reputada como atuação padrão e comum ou não. A natureza singular caracteriza-se como uma atuação anômala, incomum, impossível de ser enfrentada satisfatoriamente por todo e qualquer profissional “especializado”. Envolve casos que demandam mais que a simples especialização, pois apresentam complexidades que impedem a obtenção de solução satisfatória a partir da contratação de qualquer profissional (ainda que especializado). [...]

Portanto, o conceito “natureza singular” é relativo. Depende das circunstâncias históricas e geográficas. Sua identificação, no caso concreto, depende das condições generalizadas de conhecimento e técnica. Algo que, em um certo momento, caracteriza-se como tendo natureza singular pode deixar de ser assim considerado no futuro. Um certo serviço pode ser reputado como de natureza singular em certas regiões do Brasil e não ser assim qualificável em outras. A maior dificuldade para entender o conceito reside na tentativa de transformá-lo em absoluto, reconduzindo-o a padrões numéricos ou a conceitos predeterminados.

[*op. cit.*, p. 356-357].

A singularidade deve ser interpretada com o conjunto de requisitos para a contratação direta prevista no art. 25, II. Isto é, falar de singularidade não é falar de um único profissional disponível para a prestação do serviço, mas sim de um objeto cujo grau de complexidade é tamanho que impede a objetividade na seleção do contratado. Por isso, a LLCA requer que o serviço seja técnico profissional de complexidade apta a torná-lo singular a ponto de ser necessário um profissional ou tipo de empresa para satisfazer o interesse da Administração.

Se a singularidade versada na lei fosse simples unicidade, não seria necessária a previsão do inciso II do art. 25, pois a situação seria resolvida pelo *caput*. O fato é que a inviabilidade da competição decorre sim da impossibilidade de se eleger critérios objetivos para seleção de todos



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

os habilitados disponíveis no mercado, dada a complexidade da demanda administrativa. Nesse ponto, cabe citar a Súmula nº 39, do Tribunal de Contas da União:

A inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se tratar de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido por critérios objetivos de qualificação inerentes ao processo de licitação, nos termos do art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

O Tribunal de Contas da União também enfrentou a questão nos seguintes julgados, noticiados, respectivamente, nos informativos de Licitações e Contratos nº 176 e 150:

O conceito de singularidade de que trata o art. 25, inciso II, da Lei 8.666/1993 não está vinculado à ideia de unicidade, mas de complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos e condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado.

Assim, resta-nos perquirir se nesses casos de inexigibilidade é possível a utilização do credenciamento. Observamos que se prega ser o instituto voltado para situações de contratação direta com base no art. 25, *caput*, sendo admitido para hipóteses enquadradas no art. 25, II, nos termos do Parecer nº 8/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU:

De início, encontramos dois pontos a serem enfrentados: a) a natureza singular do serviço o torna raro e, por isso, não seria necessária a contratação constante, como é exigido para o credenciamento; b) e o credenciamento retiraria a discricionariedade do gestor, que deixaria de escolher o profissional/empresa de sua confiança.

Quanto ao primeiro ponto, relembramos aqui lição anteriormente exposta no sentido de que a singularidade do serviço é reativa, dependendo de diversos fatores a serem analisados. Nesse aspecto, o que se observa é que em determinadas entidades públicas há uma demanda constante pela contratação de serviços técnicos dotados de alta complexidade. [...]

Quanto ao segundo questionamento, a retirada da discricionariedade do gestor para escolher alguém de sua confiança, também não se vê aí um obstáculo intransponível para a adoção do credenciamento. Primeiramente é preciso reafirmar que a discricionariedade concedida ao gestor não é um valor em si. Trata-se de um poder instrumental concedido ao agente



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

público porque, segundo a lei, essa é a melhor maneira de se atingir o fim público.

Interrompe-se a citação do parecer, para, quanto ao tema, citar a lição de Celso Antônio Bandeira de Mello, *in verbis*:

Tomando-se consciência deste fato, deste caráter funcional da atividade administrativa (por isto se diz “função administrativa”), desta necessária submissão da administração à lei, percebe-se que o chamado “poder discricionário” tem que ser simplesmente o cumprimento do dever de alcançar a finalidade legal. Só assim poderá ser corretamente entendido e dimensionado, compreendendo-se, então, que o que há é um dever discricionário, antes que um “poder” discricionário. Uma vez assentido que os chamados poderes são meros veículos instrumentais para propiciar ao obrigado cumprir o seu dever, ter-se-á da discricionariedade, provavelmente, uma visão totalmente distinta daquela que habitualmente se tem.

[MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Discricionariedade e Controle jurisdicional*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 15]

E assim prossegue o parecer da AGU:

Dessa forma, sendo a discricionariedade um instrumento, ela não pode ser interpretada como um direito do gestor público, pois, ao contrário disso, trata-se de uma ferramenta cujo uso foi conferido a ele como meio de se alcançar o interesse público.

Ademais, é preciso esclarecer que o credenciamento não retira do administrador público a discricionariedade. A verdade é que a Lei 8.666/1993 traça as linhas balizadoras para a escolha do profissional ou da empresa dotada de notória especialização na temática relativa ao serviço singular. Deve o gestor se balizar para a escolha do prestador habilitado nos seguintes quesitos: desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros relacionados com sua atividade.

Superadas as questões sobre a legalidade do procedimento, identificamos que:

1 – O credenciamento é um instituto voltado para contratações nas quais a licitação é impossível porque: i) o interesse público só é atendido com a contratação do maior número possível de interessados; ii) há ocasiões nas quais a impossibilidade de licitação decorre da inexistência de parâmetros objetivos para escolha da melhor proposta.

No caso em tela, vê-se que a motivação para o credenciamento se ajusta às duas hipóteses, tanto porque é vantajoso para o interesse público ofertar a maior disponibilidade de planos de saúde possíveis aos beneficiários, quanto os parâmetros de escolha podem variar de servidor a



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

servidor, de acordo com a proposta apresentada, os valores ofertados, as demandas pessoais do servidor e seus interesses pessoais. Também justifica-se o credenciamento ao caso em tela pelo que determina o art. 230 da Lei nº 8.112/1990, *in verbis*:

Art. 230. A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família, compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despedido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

2 – O credenciamento, apesar de não ser uma licitação, na forma como está disposto no Edital, Projeto Básico e anexos, cumpre o disposto no Parecer 7/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU e orientações do Tribunal de Contas da União sobre o tema, sendo legal a realização do procedimento, conforme fundamentado presentemente.

Ainda, insta apresentar que, em hipótese de credenciamento para contratação de plano de saúde, as Cortes de Contas tem explicitamente se posicionado favoravelmente, veja-se:

TCU – TC 016.171/94-2 – Rel. Min. Adhemar Paladini Ghisi [...] 1. Trata-se de consulta formulada pelo Secretário do Tesouro Nacional, Sr. Murilo Portugal Filho, no sentido de solicitar a manifestação do Tribunal sobre a ‘legalidade de se efetuar contratações de Serviços de Saúde utilizando-se para tanto o critério de credenciamento’. [...] 6. A questão da inexigibilidade de licitação para realização do “credenciamento” foi objeto de vasta análise no âmbito do Tribunal (TC nº 008.797/93-5). Inicialmente, o procedimento foi sugerido pela Comissão constituída, para oferecer proposta de modificação das normas de assistência médica complementar do Tribunal (OS nº 49/92), e em seguida, analisado pela então Secretaria Jurídica – SEJUR, pelo Chefe do Serviço de Controle de Afastamento e Benefícios Médicos – SCABM e pela Secretaria de Auditoria, que concluíram pela legalidade da contratação de serviços de saúde, com inexigibilidade de processo licitatório, utilizando-se o critério do credenciamento. 7. O Procedimento adotado pelo Tribunal foi amparado em estudos realizados com a profundidade necessária, tendo sido analisados os aspectos jurídicos e operacionais que o credenciamento



Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará – CREMEC

envolve. Somente após as conclusões favoráveis das competentes Unidades Técnicas referidas no item 6 *supra*, o Exmº Sr. Ministro Presidente, à época, CARLOS ÁTILA ÁLVARES DA SILVA, determinou a elaboração do anteprojeto do regulamento de serviço médico, sob a forma de credenciamento. 8. No âmbito da Administração Federal os órgãos e entidades têm adotado diferentes critérios para contratação de serviços médicos [...]. 10. Finalizando, constatamos ter ficado devidamente esclarecido no processo TC 008.797/93-5 que o sistema de credenciamento, quando realizado com a devida cautela, assegurando tratamento isonômico aos interessados na prestação dos serviços e negociando-se as condições de atendimento, obtém-se uma melhor qualidade dos serviços além do menor preço, podendo ser adotado sem licitação amparado no art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – Nos termos do Parecer nº 8/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, apesar de o credenciamento ser conceitualmente destinado às ocasiões nas quais a inexigibilidade se enquadra no *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/1993, é possível também aplicar o instituto aos casos de contratação direta de serviço técnico profissional de natureza singular, cuja inexigibilidade é prevista no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

III – CONCLUSÃO

Conclusivamente, pelos fundamentos expostos, entendemos que analisadas as minutas, o Edital, Projeto Básico e anexos, opinamos que os mesmos atendem aos requisitos constantes da Lei nº 8.666/1993 (em especial art. 25, II, art. 13 e art. 116), e da Lei nº 8.112/1990 (art. 230), além de normas infralegais de regência da matéria, encontrando-se apto o processo para ser executado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

DR. RONALDO FELIPE ROLIM NOGUEIRA
ADVOGADO CREMEC – OAB/CE 24.418

DR. ANTÔNIO DE PÁDUA DE FARIAS MOREIRA
ASSESSOR JURÍDICO CREMEC – OAB/CE 6.261